

AS VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO MEXICANA: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[DOSSIÊ]

Jaires Domingas Souza do Nascimento

Universidade Federal de Sergipe

Acassia dos Anjos Santos Rosa

Universidade Federal de Sergipe

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho, inserido no campo da linguística aplicada, tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva decolonial, a construção da identidade feminina e do discurso patriarcalista da Revolução Mexicana, a partir do estudo interpretativista do documentário intitulado *Mujeres de la Revolución*. A investigação se dedica à representação do papel da mulher no conflito armado, na tentativa de (re)conhecer os rostos ocultos pelos discursos coloniais, geralmente criados e concretizados por homens. A partir da análise, percebemos a participação ativa e significativa das mulheres nos conflitos armados, atuando, inclusive, como *coronelas* durante a revolução, e identificamos a importância dessa atuação para o sucesso da batalha.

Palavras-chave: Mulheridades. Revolução Mexicana. Decolonialidade.

This applied linguistics work analyzes, from a decolonial perspective, the construction of female identity and the patriarchal discourse of the Mexican Revolution through an interpretative analysis of the documentary *Mujeres de la Revolución*. The research focuses on the representation of women's roles in the armed conflict, attempting to recognize the faces hidden by colonial discourses, usually created and reinforced by men. Analysis reveals the active and significant participation of women in the armed conflicts, even acting as colonels during the revolution, and identifies the importance of their involvement for the success of the battle.

Keywords: Womanhood. Mexican Revolution. Decoloniality.

Este trabajo está situado en el campo de la lingüística aplicada y tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva decolonial, la construcción de la identidad femenina y del discurso patriarcal de la Revolución Mexicana mediante un análisis interpretativo del documental titulado *Mujeres de la Revolución*. La investigación se dedica a la representación del papel de la mujer en el conflicto armado, en el intento de (re)conocer los rostros ocultos por los discursos coloniales, generalmente creados y concretizados por hombres. A partir del análisis, percibimos la participación activa y significativa de las mujeres en los conflictos armados, actuando incluso como *coronelas* durante la revolución, e identificamos la importancia de esa actuación para el éxito de la batalla.

Palabras clave: Condición de mujer. Revolución Mexicana. Decolonialidad.

Introdução

A chegada dos europeus às Américas marca um período de combate e contradições entre as culturas dos diversos povos. Houve invasão de terras e imposição do modo de trabalho, criando formas de domínio político e financeiro no nosso território que se estende por séculos. Difunde-se, assim, a ideia de superioridade e inferioridade das raças, na qual a superioridade da raça branca é imposta às outras. Dessa maneira, a coisificação do outro serviu como ponto de partida do colonizador para dominar e oprimir o colonizado. Apesar de o período colonial ter chegado ao fim, a identidade inferiorizada pelo discurso colonialista ainda é uma prática que atinge vários contextos nos dias de hoje.

Esses discursos sustentam práticas e condições materiais de subalternização do outro, apresentando como principal centralização de opressão a população negra por meio da articulação das colonialidades do poder e seus desdobramentos (Lugones, 2008; Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005). Sendo assim, surgiram, ao longo da história, levantes populares, como a Revolução Mexicana, que, de acordo com Barbosa (2010), foi um levante contra o governo ditatorial de Porfírio Díaz que lutou contra as desigualdades sociais e a favor de uma política indigenista.

Percebe-se que tais movimentos apresentam vieses decoloniais, uma vez que buscam enfrentar os padrões europeus, sobretudo o político e o econômico, e implementar bases que se alinhem à percepção dos povos originários latino-americanos.

Destacamos que a Revolução Mexicana, mas não apenas ela, ganhou visibilidade a partir de figuras masculinas, sobretudo Pancho Villa e Emiliano Zapata. Conforme afirma Tosi (2016, p. 142): “As histórias contadas pela História guardam em si uma dupla colonialidade: a de um povo colonizado sob o imperialismo da modernidade europeia e a das mulheres sob a subordinação patriarcal do sujeito feminino”, assim, as figuras masculinas ganham o cerne das discussões.

Dessa forma, apesar de a Revolução lutar contra algumas esferas coloniais, por exemplo, a revalorização da cultura indígena, o patriarcalismo continua imperando nos desdobramentos e manutenção da memória popular acerca do movimento. Com isso, partindo da invisibilidade feminina, este trabalho tem a finalidade de analisar, a partir de uma perspectiva decolonial, a construção da identidade feminina e do discurso patriarcalista na Revolução Mexicana, por meio do documentário intitulado *Mujeres de la Revolución*, produzido e transmitido pela televisão mexicana chamada Canal Catorce, disponibilizado no YouTube (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020).

O interesse em trabalhar a temática da representação feminina a partir de uma perspectiva decolonial surgiu por meio da realização de um projeto de extensão, desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe (Pibix/UFS), intitulado “Educação linguística em espanhol: um olhar para a representação feminina na produção audiovisual latino-americana”, no qual objetivou-se estudar sobre a construção da identidade da mulher, especificamente subalternizada, nas produções midiáticas latino-americanas com diferentes perspectivas.

A partir disso, notou-se não apenas a necessidade do estudo sobre a temática da mulher em todos seus pormenores, como também a investigação de como esse tema é abordado, visto que por muito tempo a ideia de inferioridade e fragilidade do sexo feminino perdurou enraizada na sociedade. Essa estrutura hegemônica, na qual os papéis nas relações sociais estavam intimamente ligados à sexualidade, está relacionada com o sentimento de superioridade de gênero, raça e classe a partir das estruturas de poder estabelecidas desde o período colonial, como apresentam Quijano (2005), Lugones (2008) e Maldonado-Torres (2007). Dessa forma, verifica-se que, criadas para cumprirem funções de governar a casa, rotuladas pela sociedade patriarcal, a família e o lar eram o destino tradicional da mulher.

Nessa narrativa, a construção do ser feminino como sexo frágil e submisso ao homem caracterizou, culturalmente, a dependência à figura masculina. Durante um longo período, assumindo papéis sociais totalmente diferentes e caracterizados sob a sombra do homem, a construção do papel ativo da mulher sofreu grandes marginalizações nos episódios históricos mais relevantes. No que se refere às guerras e aos impactos gerados por elas, nota-se o forte contraste entre a construção do protagonismo designados aos papéis assumidos por homens e a secundarização, ou até mesmo exclusão, das contribuições e dos papéis assumidos por mulheres.

Partindo desse ponto, percebe-se que as narrativas contadas pela história da Revolução Mexicana são marcadas pela falta de estudos direcionados às atividades executadas por mulheres. Durante o período revolucionário que a sociedade mexicana viveu,

inquestionavelmente, as mulheres tiveram participação ativa em todo processo (Tosi, 2016). No entanto, apesar da presença, tanto nos campos de batalhas como fora deles, a construção da mulher como sujeito histórico, social e político com intervenções na vida pública, sofreu apagamento. Assim, por meio das narrativas histórico-sociais e a partir de uma imagem estabelecida sob um modelo de submissão patriarcal, objetificação e impotência, manifesta-se a necessidade de estudos e análises da representatividade feminina latino-americana na Revolução Mexicana, bem como da investigação dos perfis dessas mulheres a partir de uma perspectiva decolonial.

Para melhor compreensão da temática, faremos uma breve discussão sobre o conceito de Colonialidade, para, então, partir para a análise e compreensão da marginalização que a história oficial apresenta do protagonismo da mulher na Revolução Mexicana, tendo em vista que as representações das principais personagens deste acontecimento estão ligadas à figura do homem. Analisamos a construção da identidade feminina e o discurso patriarcalista na construção do papel feminino na Revolução Mexicana.

Colonialidade: conceitos e práticas hegemônicas na América Latina

De acordo com Rezende e Gomes (2020, p. 233), “O colonialismo foi a invasão com a violação dos territórios e dos povos pela invenção simultânea de tudo que veio a ser como se nunca tivesse sido:

Novo Mundo/América/América Latina; índio, indígena, ameríndio, selvagem, silvícola, gentio, pagão”. Entendemos, assim, que tudo no novo mundo era submetido ao domínio dos colonizadores que se consideravam civilizados e racionais.

Dessa forma, o período histórico colonial criou uma estrutura social que não se limitou apenas à designação dos sujeitos enquanto colonizadores e colonizados, houve uma distinção colonial naturalizada de superioridade e inferioridade que serviu como arma do colonizador para dominar, oprimir e coisificar aquilo, ou aqueles, que se diferem da identidade hegemônica.

Essa concepção de humanidade, na América, se estabeleceu a partir de dois eixos que definiram a matriz do novo padrão de poder. O primeiro eixo diz respeito à ideia de raça, que, de acordo com Quijano (2005, p.118), “foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. A ideia de raça codificou as diferenças entre conquistadores e conquistados, seguindo uma situação de subalternidade de uns em relação aos outros, a partir das estruturas fenotípicas distintas entre esses povos. O segundo eixo, que o mesmo autor apresenta, refere-se ao controle de trabalho e dos seus recursos e produtos. Desde esse momento foi construída uma hierarquização que tinha como referências as imaginárias estruturas biológicas distintas entre esses grupos.

Quijano salienta que, por mais que o período da colonização tenha sido concluído, os seus efeitos permanecem presentes nas mais diversas formas de expressões, chamadas colonialidades, manifestando-se em três campos: do poder, do saber e do ser.

A colonialidade do poder se expressa, principalmente, no campo do domínio territorial, político e nos formatos históricos de controle de trabalho. Faz, desse modo, “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 117). A colonialidade do saber está diretamente ligada às questões epistemológicas, inferiorizando as culturas e saberes não eurocêtricos com a imposição de uma ciência universal. Por sua vez, a colonialidade do ser – ligada ao gênero e à sexualidade – se manifesta na linguagem colonizadora e nas epistemologias reducionistas, afetando a subjetividade do ser em uma posição subalternizada, invisibilizada e desumanizada (Maldonado-Torres, 2007).

A partir desse último campo, denominado “colonialidade do ser”, Lugones (2008) apresenta reflexões sobre raça e gênero, construindo o que denominou como “colonialidade de gênero” que, para ela, envolve questões sobre o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero (Akotirene, 2019). Alinhado a esse viés, a autora critica a heteronormatividade e o eurocentrismo utilizados por alguns estudiosos no conceito de gênero, configurando-se, somente, em uma perspectiva biológica.

A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como constituído e constituindo a colonialidade do poder. [...] Mas o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero [...] há uma descrição do gênero que não é questionada e que é muito estreita e hiperbiologizada porque pressupõe o dimorfismo, a sexualidade, a heterossexualidade, a distribuição patriarcal do poder

e outras suposições desse tipo (Lugones, 2008, p. 62, tradução nossa)¹.

De acordo com o que a autora apresenta, percebemos que a conceitualização de gênero, assim como em outras categorias, abrange grupos distintos. No entanto, ainda que gênero seja uma construção de viés sociocultural, as mulheres fazem parte de um grupo socialmente subalternizado.

Essa análise capitalista, eurocentrada, global e heteropatriarcal de gênero oculta “as maneiras pelas quais as mulheres não brancas e colonizadas eram subservientes e desempoderadas”² (Lugones, 2008, p. 58-59, tradução nossa). A partir dessa observação de Lugones, é possível confirmar que a construção histórica de submissão feminina está estreitamente vinculada às questões coloniais. Analisar esses pontos atrelados à ideia de raça e poder torna-se um aspecto essencial para os estudos/pensamentos da interseccionalidade e decolonialidade. Lugones (2008, p. 61, tradução nossa) salienta que a interseccionalidade “revela o que não é visto quando categorias como gênero e raça são conceituadas como

separadas umas das outras”³. Nesse sentido, como grupo, as mulheres, especificamente as não brancas, foram as que mais sofreram nesse processo de colonização, dado que o controle não foi apenas territorial e econômico, mas também um domínio corporal, sexual e racial.

Esse sistema tem todo o controle do trabalho, da autoridade, do gênero e da subjetividade. Dessa forma, “os povos colonizados são relegados a uma posição inferior, pois os sistemas coloniais são a base da construção das nossas estruturas sociais e, consequentemente, do entendimento de mundo e de quem tem a permissão de protagonizá-lo” (Silva Júnior; Matos, 2019, p. 106). Essa prática é uma forma de quem sempre teve o poder de expressar sua superioridade, em uma tentativa de internalizar, nos corpos que designaram como subalternos, um sentimento de inferioridade para eles não se sentirem ameaçados.

Mulheres na história: do patriarcado à perspectiva decolonial

O patriarcalismo se expressa na organização social seguindo os princípios de um sistema em que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e estabeleceu-se em relações de domínio em que se privilegia o gênero masculino

¹ No original: “La lógica de los ejes estructurales muestra al género como constituido por y constituyendo a la colonialidad del poder. [...] Pero el eje de colonialidad no es suficiente para dar cuenta de todos los aspectos del género [...] existe una descripción de género que no se coloca bajo interrogación y que es demasiado estrecha e hiper-biologizada ya que presupone el dimorfismo sexual, la heterosexualidad, la distribución patriarcal del poder y otras presuposiciones de este tipo”. Todas as traduções dos originais em espanhol foram feitas livremente pelas autoras do artigo.

² No original: “las maneras en que las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder”.

³ No original: “revela lo que no se ve cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otra”.

enquanto categoria social. Todo esse sistema de submissão faz parte da cultura de organizações da sociedade, solidificada no período colonial e ainda presente nos dias de hoje.

No que se refere à cultura, compreendemos que ela exprime, apesar da sua vasta forma de definição, um padrão de comportamento em que os indivíduos apresentam suas crenças, valores e saberes em um determinado período histórico, sendo um resultado das ideias e práticas que circulam socialmente. Todo esse conjunto de costumes, hábitos e conhecimentos expõe as transformações econômicas, políticas, históricas e sociais que a sociedade sofre. Nesse contexto, de acordo com Araújo e Lima (2021, p.19-20), toda a cultura que instiga a inferiorização e invisibilidade do feminino foi sendo construída ao longo dos anos “na medida em que é imposto às mulheres comportamentos e expectativas que reduzem a sua existência, exclusivamente, para satisfazer as necessidades do homem, assim, suas ambições, desejos e vozes são silenciadas e descartadas”.

Nesse cenário, percebemos que a construção da inferioridade e objetificação do corpo feminino é um reflexo histórico-cultural da sociedade patriarcal, tendo em vista que o homem se colocava no direito de controlar a vida da mulher em todos os âmbitos. Em meio a essas imposições, o homem assumia a função de ocupar papéis tidos como próprios do sexo, desempenhando a responsabilidade de provedor da família. Nesse caso, a diferença sexual justificava a posição das pessoas na sociedade. Enquanto o homem ocupava a figura central do núcleo, a mulher assumia a função de reprodutora e dona do lar, dedicando-se, exclusivamente, às tarefas domésticas, aos filhos e a satisfazer o seu cônjuge.

Ressaltamos que, ao longo dos anos, a mulher vem conquistando espaço por meio de muitas lutas, porém, os princípios patriarcais permanecem presentes de forma estruturante na organização social, sobretudo relacionados aos feminismos subalternos (negras, trans, indígenas, entre outros), conforme apresentam Adichie (2019) e Cumes (2014) e hooks (2015) e Akotirene (2019). Dessa maneira, a delimitação dos espaços em que uma mulher pode ocupar ainda é um exercício presente nos dias de hoje. Uma práxis que silencia vozes e controla corpos.

O exercício de imposição da superioridade masculina é uma ação violenta impregnada na vivência feminina de forma sutil, ao ponto de soar como algo natural. Assim, à medida em que essa dominação é executada de maneira imperceptível, desencadeia uma proliferação a enraíza na nossa sociedade sob um aspecto naturalizado. Nessa visão, “os homens enquanto sujeitos dominantes, são educados para que suas características estejam ligadas às competências e habilidades; ao mesmo tempo em que, as mulheres são condicionadas ao papel de inferiorização, docilidade e fragilidade” (Araújo; Lima, 2021, p. 2).

A partir disso, percebemos que as origens patriarcais se revelam sob uma configuração de poderes e saberes entre os membros da sociedade. “São construções sociais que nascem como forma dominante de identidade em nossa sociedade hierárquica com a função de desvalorizar, subjugar e controlar”⁴ (García, 2014, p. 213,

⁴ No original: “Estas son construcciones sociales que nacen como una forma dominante de identidad

tradução nossa). Esse modelo de hegemonia foi trazido e imposto pelos colonizadores, sendo adaptado às condições socioculturais e servindo como mais um ponto de partida das relações de poder.

A total e incontestável superioridade masculina seguida pelos valores constituídos pelo patriarcado tornou secundária as atividades realizadas por mulheres e atribuiu importância às atividades masculinas, as quais criam estereótipos sobre lugares, cultura e pessoas a partir das ações de subordinação e dominação

O estereótipo é a concepção, a ideia, o rótulo que se atribui a um grupo a partir da avaliação negativa de uma diferença. O preconceito refere-se às atitudes afetivas que refletem o estereótipo de um grupo e se materializam através do tratamento de inferioridade que é dispensado à pessoa ou ao grupo social (García, 2014, p. 217, tradução nossa)⁵.

Percebemos essa inferiorização nas descrições e representações históricas da mulher que tinham como objetivo naturalizar a ideia de que o lugar dessa personagem não passava do campo doméstico e familiar. Essa ocupação limitada da mulher não passou de uma marca dos princípios heteropatriarcais que dominavam as ciências, as histórias e os corpos. De acordo com Chimamanda

Adichie (2019, p. 26), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Em outras palavras, uma única história se constrói quando um povo é representado de maneira reduzida a um só aspecto, ou seja, é apresentar um povo repetidamente como uma só coisa e é exatamente isso que esse povo se torna. Na mesma proporção em que os homens são tratados como sujeitos ativos, as mulheres ocupam o lugar de objeto e seus corpos são frequentemente objetificados. Nesse sentido, os valores patriarcais criam e reproduzem, na sociedade, uma imagem de submissão feminina.

No decorrer do tempo as mulheres foram instruídas para contribuírem com sua própria opressão. Notamos que a relações desiguais entre homens e mulheres fazem parte do sistema dominador-dominado, tendo em vista que, para sair da posição de objeto as mulheres teriam que ocupar a posição de sujeito, posicionamento que colocaria o homem em um plano de pouca – ou nenhuma – dominação sobre o feminino, acontecimento inexistente em uma sociedade patriarcal.

Assim, pode-se afirmar que fatores como classe, preferência sexual, religião e raça têm grande influência na forma opressiva de cada mulher. Nessa perspectiva, percebemos que o gênero feminino, marcado pelas interseccionalidades (Akotirene, 2019), segue sendo estereotipado, oprimido, reduzido e dizimado. Em termos gerais, as mulheres negras, por serem mulheres e negras, estão em uma posição atípica na sociedade sofrendo dupla discriminação, “pois não só estamos coletivamente na parte

en nuestra sociedad jerarquizada con la función de devaluar, someter y controlar”.

⁵ No original: “El estereotipo es la concepción, la idea, la etiqueta que se le coloca a un grupo en función de la valoración negativa de una diferencia. El prejuicio se refiere a las actitudes afectivas que reflejan el estereotipo sobre un grupo y se concretan a través del trato de inferioridad que se da a la persona o al grupo social”.

inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista” (hooks, 2015, p. 207). Partindo desse ponto, notamos que, apesar da dor ser semelhante, os sofrimentos das mulheres são diferentes e não ocorrem pelo mesmo motivo.

Embora as mulheres como gênero se vejam subordinadas, [de formas diferentes], diante do patriarcado, [...] mulheres brancas e mestiças tiveram privilégios nos contextos de colonização e escravidão. Justamente esses privilégios permitem mostrar que elas vivenciaram o patriarcado de maneira diferente das mulheres indígenas e afrodescendentes (Cumes, 2014, p. 239-240, tradução nossa)⁶.

Como aponta Cumes, existem disparidades na forma de ser mulher e seria lamentável ocultar essas assimetrias por meio de um discurso de universalidade. À vista disso, compreendemos que, embora muitos casos sejam semelhantes, a luta das mulheres não ocorre pelo mesmo motivo.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a

excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade (Akotirene, 2019, p. 20).

Nesse cenário, a interseccionalidade nos permite entender as diversas desigualdades, enxergar as distintas formas de opressões presentes na sociedade e compreender os diferentes impactos em diferentes pessoas.

Caminhos percorridos na análise da produção audiovisual

Essa é uma pesquisa qualitativa interpretativista que se situa no campo da linguística aplicada (LA), centrando-se em temáticas como: colonialidade; decolonialidade, gênero; mulheridades e patriarcalismo. Por métodos qualitativos, entende-se que são aqueles que “trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos” (Neves, 1996, p. 2).

A abordagem desta pesquisa segue uma perspectiva que estuda o comportamento humano e os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais, considerando o contexto que o objeto de estudo está inserido e a qualidade, e não quantidade, dos fatos, problematizando questões sobre a vida social em sua multiplicidade. Assim, de acordo com Neves (1996, p. 2), os pesquisadores qualitativos “buscam valorizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objetivo de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno”. Sob esse viés que

⁶ No original: “Si bien las mujeres como género nos vemos subordinadas, [de diferentes maneras], frente al patriarcado, [...] las mujeres blancas y mestizas han tenido privilegios en los contextos de colonización y esclavitud. Precisamente esos privilegios permiten evidenciar que ellas han vivido el patriarcado de una forma diferente que las mujeres indígenas y afrodescendientes”.

busca qualidade nas pesquisas e, juntamente com o paradigma interpretativista, que “apresenta uma visão subjetiva, a partir da crença de que a realidade é socialmente construída por meio das interações pessoais” (Rocha-Pinto; Freitas; Maisonnave, 2008, p. 3), se desenvolveu a natureza da pesquisa.

Neste trabalho, analisamos o documentário organizado pelo Canal Catorce intitulado *Mujeres de la Revolución*, que fez parte de uma mostra de extensão universitária intitulada: “Mulheridades: as vozes da revolução”, desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre os anos 2021 e 2022. O foco da mostra se centrou em dois momentos: Revolução Mexicana e cangaço. Assim, foram apresentados depoimentos, videoclipes, imagens e representações de mulheres que tenham vivido por esses dois momentos históricos, como também foi salientado como tais lutas reverberam e inspiram mulheres até hoje.

Para este artigo, o caminho metodológico percorrido iniciou com o estudo de textos teóricos sobre colonialidades, mulheres e a própria Revolução Mexicana. Na sequência, partimos para a análise das narrativas expostas no documentário *Mujeres de la Revolución*, que possui duração de 23 minutos e 54 segundos e foi ao ar no canal do YouTube em 19 de novembro de 2020 (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020). Nela são apresentados os estudos de investigadoras que utilizam músicas, fotos e documentos históricos sobre a Revolução Mexicana e a marginalização que a história oficial apresenta do protagonismo da mulher, tendo em vista que as representações dos principais personagens desse acontecimento histórico estão ligadas à figura do homem. A análise do material partiu de dois pontos:

a construção da identidade feminina e o discurso patriarcalista na construção do papel feminino na Revolução Mexicana.

Mulher na guerra? **A participação feminina no** **processo armado mexicano**

A guerra da independência mexicana, ocorrida entre 1810 e 1821, não foi suficiente para a resolução dos problemas sociais da população. Mesmo livre do período de colonização europeia, a colonialidade seguia imperante, provocando inúmeros problemas sociais e econômicos, sob o regime de governos ditatoriais. Destacamos que o governo ditatorial Porfírio Díaz (1876-1911) favoreceu a concentração de terras nas mãos dos latifundiários e fez alargar as desigualdades sociais. Nesse cenário, surgiu a organização de revolucionários para derrubá-lo da presidência, sendo conhecida como Revolução Mexicana, que se caracteriza como um grande movimento armado, iniciado em 1910, organizado por uma variedade de líderes, tornando-se uma das primeiras grandes revoluções do século XX. De acordo com Barbosa (2010, p. 17), a Revolução Mexicana foi a primeira com nítido cunho social na América Latina no século XX.

Num primeiro momento, a Revolução foi enaltecida como redentora, popular e vista como uma ruptura social com o “antigo regime”. Posteriormente, seu caráter revolucionário foi negado e criticado, e seus estudiosos passaram a destacar mais as continuidades entre o porfiriato e o regime pós-revolucionário. Afirmavam que não

se tratou de uma revolução, mas de uma grande rebelião ou um conjunto de várias rebeliões regionais que só posteriormente, numa reiteração de identidade histórica comum, voltaram a ser englobadas sob o conceito de a Revolução.

Essa revolução foi uma ocorrência complexa e bastante discutida. Entre outras questões, lutou por justiça social, por meio da reforma agrária e valorização da cultura indígena. Assim, os revolucionários lutavam contra colonialidades que permaneciam após o período de colonização, especialmente a do poder (Quijano, 2005) que se constitui como um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. A população mexicana seguia sendo tratada como selvagem e inferiorizada pela política vigente.

No entanto, apesar da ampla discussão sobre esse acontecimento e a visibilidade que ganhou o movimento, a história oficial marginalizou o ser feminino, invisibilizando e distorcendo sua identidade como sujeito histórico, e se tratando de um conflito armado, o imaginário coletivo acaba excluindo a presença feminina da narrativa. Nesse processo revolucionário, é observado que as principais representações de liderança são de figuras masculinas, conforme explicita o documentário aqui analisado:

Todo dia 20 de novembro, nosso país comemora o início da Revolução Mexicana. Quando perguntado sobre esse episódio da história, com qual imagem ou personagem você se identifica imediatamente? Certamente Francisco I. Madero, Pancho Villa, Emiliano Zapata,

Venustiano Carranza, Álvaro Obregón, e se falamos daqueles que estiveram em batalha, talvez pensem em homens do campo, de chapéu, botas de cano alto, cabelos cruzados e rifles ao lado deles. Porém, nesta e em outras revoluções sempre estiveram presentes outros personagens que defenderam seus ideais e aos quais não foi feita justiça (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 0 min 17 s - 0 min 59 s, tradução nossa)⁷.

Nesse sentido, percebemos que o silêncio em torno das ações cria a imagem totalmente estereotipada, de pouco, ou nenhum, interesse por questões políticas, econômicas, históricas e culturais por parte das mulheres, promovendo o apagamento da representatividade do papel feminino no movimento, o que Adichie (2009) chama de história única. Assim, os homens são a única história de liderança e força motriz da revolução. Essas práticas de reforçar histórias únicas criaram retratos de que elas não estavam interessadas ou envolvidas nos processos dos conflitos armados durante a história do México.

De acordo com Tosi (2016), a imagem difundida das mulheres na revolução são as conhecidas *soldaderas*, que tinham como função dar suporte em diferentes atividades

⁷ No original: "A cada veinte de noviembre nuestro país conmemora el inicio de la Revolución Mexicana. Se le pregunta a usted sobre este episodio de la historia ¿que imagen o personaje relaciona de manera inmediata? Seguramente a Francisco I. Madero, Pancho Villa, Emiliano Zapata, Venustiano Carranza, Álvaro Obregón, y se hablamos de quienes estuvieron en batalla, tal vez piensen en hombres de campo, de sombrero, con botas altas, cabelleras cruzadas y rifles costados. Sin embargo, en está y en demás revoluciones siempre han estado presente otros personajes que defendieron sus ideales y a quién no se les ha hecho justicia".

durante os conflitos. Percebemos marcas machistas no termo, visto que remetia à ideia de mulheres dos soldados, conforme relata Martha Islas, pesquisadora e diretora do instituto histórico do México (Inah), no trecho do documentário aqui analisado: “Esse movimento armado trouxe justamente mulheres do campo... e dos setores urbanos mais pobres, para cenas de guerra como soldaderas... soldaderas no sentido de... significa a esposa do soldado mexicano”⁸ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 2 min 53 s – 3 min 15 s, tradução nossa).

As soldaderas são representadas, noticiadas e estudadas na cultura popular, no entanto, nota-se uma romantização e idealização na forma como foram retratadas, sendo apresentadas como mulheres dos soldados. Logo, a dinâmica dos cuidados domésticos designados e tidos como “lugar natural” feminino, contribuem para criações de rótulo e redução do lugar da mulher (Cumes, 2014). Ressaltamos como a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) reverbera nas histórias sociais, uma vez que reduz as mulheres a esposas dos soldados, sendo necessário a figura masculina para a definição do feminino.

Em muitos casos, as soldaderas eram mulheres mestiças, indígenas e camponesas que acabaram sendo ocultadas pelo mito da “Adelita”, ou seja, uma mulher representada como submissa e dócil que, por amar um soldado, foi à guerra. Como expõe Chimamanda Adichie (2009), a história passada é capaz

de criar verdades absolutas, desenhando narrativas inquestionáveis e estereotipadas. A imaginação romantizada das Adelitas como um símbolo de feminilidade idealizada, na qual a mulher é entendida como submissa, é um reflexo desse discurso unicamente absoluto e distorcido. Assim, fica perceptível a necessidade da presença de outros discursos para desconstruir as narrativas únicas que são apresentadas, notamos essa necessidade realçada no trecho a seguir:

A história como disciplina se encarregou de reivindicar esse pensamento talvez romântico que em algum momento tivemos sobre as Adelitas e poder entendê-las como um sujeito histórico no qual ela já está... no qual a mulher não se reflete mais apenas como... como companheira, não? Em vez disso, podemos entender que, sem as mulheres, a revolução não teria tido o sucesso final que teve (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 22 min 23 s – 22 min 30 s, tradução nossa)⁹.

Entendemos que expor uma mulher forte que luta por seus direitos não condiz com a ideologia patriarcal. Ser uma soldadera, e ser minuciosamente retratada como tal, poderia desencadear a possibilidade de uma provável igualdade de direito com relação aos homens, ação que não poderia ocorrer numa sociedade machista e sexista. Exercendo diferentes funções, as soldaderas

⁸ No original: “Este movimiento armado precisamente llevó a las mujeres del campo... y de los sectores urbanos más pobres a los escenarios bélicos como soldaderas... soldaderas en el sentido de que... significa la mujer del soldado mexicano”.

⁹ No original: “La historia como disciplina se ha encargado de reivindicar este pensamiento tal vez romántico que en algún momento tuvimos sobre las Adelitas y poder entenderlas como sujeto histórico en el que ella ya... en el que la mujer ya no se ve reflejada únicamente como... como una acompañante ¿no? Sino que podemos entender que las mujeres... que sin las mujeres, la revolución no hubiera tenido el éxito final que tuvo”.

não se limitaram apenas nos cuidados com os suprimentos, os feridos, os equipamentos e com os seus filhos, elas atuaram, também, como contrabandistas de armas, informantes, espãs, propagandistas políticas.

A história popular atribui às soldaderas diversos trabalhos para o bom funcionamento do exército e o sucesso dos conflitos, em ambos os lados da Revolução. De acordo com Tosi (2016, p. 150), a classe social a que pertencia, influenciava a participação feminina no conflito. “Uma mulher indígena ou mestiça cuja subsistência dependia da agricultura era mais propensa a apoiar Zapata e lutar contra Díaz ou outros aspirantes presidenciais que não abraçaram a reforma agrária”. Percebemos, assim, um recorte de raça e classe, na qual mulheres mestiças e pobres tendem a lutar contra o governo ditatorial, que favoreceu a distribuição de terras aos mais abastados. A autora segue seu pensamento e afirma que “uma mulher cuja situação econômica melhorou sob o governo no poder, provavelmente, estava lutando em nome do Exército Federal” (Tosi, 2016, p. 151). Assim, a interseccionalidade apontada por Cumes (2014), hooks (2015) e Akotirene (2019) se manifesta, revelando papéis sociais diferentes, com diversas manifestações de mulheridades.

Apesar de as designações serem marcadas fortemente por limitações domésticas, as mulheres não limitaram a sua participação a essas tarefas. Dessa maneira, apesar de não ser um papel difundido na memória popular, as mulheres pegaram as armas e lutaram na guerra, participando de forma ativa dos conflitos, sendo denominadas soldados, conforme explicita o documentário: “As soldaderas eram as que realizavam as atividades domésticas para seu homem,

ou como se diz coloquialmente, para seu Juan, enquanto as soldados participavam ativamente das batalhas”¹⁰ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 3 min 16 s – 3 min 29 s, tradução nossa). Aqui encontramos a imagem da mulher soldado, que lutava nos campos de batalha, sem necessariamente haver a imagem de um homem atrelada a ela. Martha Islas detalha, no documentário, o modo de atuação das soldados nas batalhas e afirma que as mulheres pegavam nas armas, chegando a comandar tropas: “essas soldados, sim, elas se envolviam mesmo e pegavam em armas, mantinham cargos soldados que mais tarde foram desconhecidos, e alguns deles tinham comando de tropa”¹¹ (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 3 min 16 s – 4 min 19 s, tradução nossa).

A violação sexual também era uma prática presente nesse contexto, e muitas vezes as soldaderas não se rebelavam contra seu agressor, por questões de sobrevivência durante a revolução, conforme afirma Ana Jaiven, pesquisadora da Universidade Autônoma de Madri (UAM): “Caso precisassem comer, elas iam e roubavam a comida e entregavam ao homem, eles também faziam sexo com elas”¹² (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 8 min 27 s – 8 min 42 s, tradução nossa). Esse fragmento chama

10 No original: “Las soldaderas eran las que llevaban las actividades domésticas para con su hombre, o como se dice coloquialmente, para su Juan, mientras que las mujeres soldados se sumaban activamente a las batallas”.

11 No original: “estas soldados, sí, realmente se involucraron y tomaron las armas, ostentaron cargos militares que después fue desconocidos, y, algunas de ellas tuvieron mando de tropa”.

12 No original: “En caso de necesitar comer, ellas iban y robaban la comida y se la hacían a su hombre, este, además, tenía sexo con ellas”.

atenção sobre a sexualização da mulher nesse espaço, pois apresenta uma possível relação entre o papel da mulher na revolução e suas vidas íntimas.

Além das funções apresentadas anteriormente, destacamos que algumas mulheres também desempenharam papéis de liderança. Como podemos perceber no caso de Rosa Padilla, relatado pela pesquisadora do Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), Angélica Pérez, no documentário analisado:

Temos casos como o de Rosa Padilla que foi nomeada coronela, até pelo próprio Emiliano Zapata... ela tem sua nomeação. E tem um caso muito particular que é o da Rosa Bobadilla, também coronela, certificaram para ela cento e setenta e oito ações de guerra, começou sua tropa com 50 homens e chegou a comandar 1.500 homens (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 4 min 54 s - 5 min 39 s, tradução nossa)¹³.

Frequentemente a mulher se vê sujeita à necessidade de comprovar suas capacidades, entre elas, a de governar. Os casos das coronelas Rosa Bobadilla e Rosa Padilla salientam papéis de liderança exercidos por mulheres nas tropas da revolução. Porém, nem todas as mulheres puderam viver a guerra mostrando sua própria identidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que, para

alcançarem a participação nas tropas, serem respeitadas e, também, para se defenderem da violência sexual, algumas delas tiveram que mudar de identidade, adotando aparência masculina em uma tentativa de masculinizar-se para sobreviver

Muitas delas tiveram que recorrer ao que a historiadora Gabriela Canon chama de “travestimento estratégico”, que é ter que mudar de identidade. [...] Elas mudavam de identidade e se fizeram passar por homens! Temos o caso, por exemplo, um pouco fora da zona zapatista, de Petra Herrera, bem, não foi Petra Herrera, foi Pedro Herrera, Ángela Giménez, não foi Ángela Giménez, este Ángel Giménez. Então... elas procuraram mudar essa identidade (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 5 min 54 s - 6 min 39 s, tradução nossa)¹⁴.

O fragmento retirado do vídeo apresenta a problemática do questionamento à identidade feminina. Baseado em estratégias de guerra e de sobrevivência, criou-se o “travestismo estratégico” como uma maneira de as mulheres passarem despercebidas na guerra, ocultando sua identidade de gênero, tal qual Petra Herrera e Ángela Giménez. Assim, percebe-se a colonialidade de gênero (Lugones, 2008), uma vez que a adesão da feição masculina seja para alcançar cargos militares e se proteger da violência sexual. Nesse viés, destacamos o caso de Amelia

¹³ No original: “Tenemos casos como el de Rosa Padilla que fue nombrada coronela, incluso por el propio Milenio Zapata...tiene su nombramiento. Y hay un caso muy particular que es el de Rosa Bobadilla, también coronela, ella se le... certificaron ciento setenta y ocho acciones de guerra, inició sus tropas con 50 hombres y llegó a comandar 1.500 hombres”.

¹⁴ No original: “Muchas de ellas tenían que recurrir a lo que la historiadora Gabriela Canon llama de “Travestismo estratégico” que es tener que cambiar de identidad ¡Cambiaban de identidad y se hacían pasar por varones! Tenemos el caso, por ejemplo, saliendo un poco de la zona zapatista, de Petra Herrera pues no era Petra Herrera, era Pedro Herrera, Ángela Giménez no era Ángela Giménez este Ángel Giménez. Entonces... buscaban cambiar esta identidad”.

Robles que, durante a revolução, adotou uma imagem de masculinização de sua figura feminina e talvez isso tenha contribuído para a adoção de sua identidade de homem trans, permanecendo como Amelio Robles, mesmo com o final da revolução.

Talvez um dos exemplos mais reconhecidos e considerados por alguns como o primeiro caso transgênero no México, seja o de Amelia Robles, que decidiu atuar e ser reconhecida como Amelio, mesmo após o fim da revolução. Foi o secretário de defesa nacional quem endossou a identidade de gênero de Amelio Malaquias Robles Ávila, e o condecorou em 1974 como veterano da Revolução Mexicana e não como veterana (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 6 min 48 s – 7 min 2 s, tradução nossa)¹⁵.

O caso e o aprofundamento no estudo de Amelio Robles põem em questionamento as classificações normativas de gênero possibilitando novos modelos de identificação que vão além das ideologias culturais convencionais. Amelio Robles, ao assumir sua identidade de gênero, desencadeia a problematização sobre a heterossexualidade normativa e a categorias de homem e mulher, na qual apresenta a narrativa de que esses sujeitos fazem parte de grupos estritamente definidos e invariáveis. Os questionamentos

a partir dessa problemática alteram a lógica de que a identidade de gênero se expressa pela anatomia das pessoas.

É importante ressaltar que a masculinização de Amelio se diferencia do travestismo estratégico, visto que o seu desejo aparentava ser de negação da sua anatomia sexual de nascimento, ou seja, ia além de apenas querer desfrutar dos mesmos direitos e deveres sociais dos homens, sendo inteiramente respeitado, como buscavam muitas mulheres. Amelio conseguiu viver a sua sexualidade, inclusive no período pós-revolução. Como exemplo da falta de respeito, destacamos o caso de María Arias Bernal:

Quando Obregón entra na Cidade do México, pede para ir ver a tumba de Madero e encontra María Arias Bernal [...] Obregón lhe presenteia uma arma. Algo que deveria ser uma honra para uma mulher [...] custou-lhe as piadas mais horríveis, porque a chamavam de “María pistolas”. Em vez de respeitá-la, zombavam dela, coisa que as mulheres sofrem com muita frequência (Reportaje 14 | Mujeres..., 2020, 16 min 53 s – 18 min 3 s, tradução nossa)¹⁶.

Igual María Arias, que foi constantemente diminuída por sua condição de mulher, várias outras mulheres tiveram que esconder suas verdadeiras identidades para se manter

¹⁵ No original: “Quizá uno de los ejemplos más reconocidos y considerados por algunos como el primero e caso transgénero de México, se es el de Amelia Robles, quem decidió actuar y ser reconocido como Amelio, incluso después de terminar la revolución. Fue la secretaria de la defensa nacional quién avaló la identidad de género de Amelio Malaquias Robles Ávila, y lo condecoró en mil novecientos setenta y cuatro como veterano de la Revolución Mexicana y no como veterana”.

¹⁶ No original: “ cuando entra Obregón a la Ciudad de México, piden ir a ver la tumba de Madero y se encuentra a está... a María Arias Bernal [...] lo que hace... Obregón es regalarle una pistola. Algo que debería de ser un honor para una mujer [...] le costó a María Arias, le costó los chistes más horribles, porque le pusieron ‘María pistolas’... en lugar de respetarla, se burlaron de ella, cosa que a las mujeres... nos hacen muy seguido”.

na revolução, como modo de sobrevivência, respeito e preservação física. Essa condição de inferiorização, subjugação e controle dos corpos femininos é apontado por García (2014), assim, fica evidente como as amarras sociais, que envolvem o gênero, acabavam afastando várias mulheres de papéis de destaque na revolução e quando o faziam, nem sempre entravam para os livros oficiais.

Com a análise aqui realizada, percebe-se que a construção da identidade feminina na Revolução Mexicana é marcada pelo discurso patriarcalista que invisibiliza as múltiplas formas que as mulheres viveram a revolução, as diminuindo como “soldaderas”, vinculadas à figura masculina do soldado, como também vinculando-as à imagem das “adelitas”, mulheres doces e calmas, que cuidavam dos soldados na guerra. Porém, percebe-se que as mulheres não se limitavam a esses papéis, uma vez que também atuavam como soldados e coronelas, controlando tropas. Destacamos figuras como Rosa Padilla, Rosa Bobadilla e Amelio Robles, que tiveram atuações diretas na batalha. Também destacamos Petra Herrera, Ángela Giménez e María Árias Bernal, que sofreram violências sistêmicas apenas por serem mulheres, mas que não deixaram de atuar na linha de frente da Revolução, porém, tem suas trajetórias e nomes apagados da história.

Nesse sentido, com esta análise, percebemos a importância da visibilidade às histórias que estão invisíveis e da popularização dos rostos anônimos da revolução para a compreensão da forma como as mulheres têm se constituído como sujeitos por meio da história. A história oficial marginalizou a mulher, rotulando com apenas uma possibilidade de atuação na revolução, em uma

tentativa de apresentar sua história de forma domesticada para servirem de modelo a ser seguido. Compreendemos que reconhecer as mulheridades como sujeitos fundamentais na Revolução Mexicana põe em xeque os silêncios ideológicos patriarcais que instauraram a ideia de que o conflito armado é um campo de dominação masculina.

Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto, abriu-se um leque de possibilidades de análise das identidades femininas, em diferentes aspectos ao longo da análise. Uma das questões levantadas foi a importância da escuta de outras narrativas na construção de novas perspectivas epistêmicas, desconstruindo o discurso reduzido e estereotipado da mulher em uma tentativa de romper com a colonialidade que insiste em domesticar suas histórias para servirem como modelo a ser seguido. Esse ponto lançou margem para outro questionamento que se limitou a saber como as próprias mulheres se enxergavam na época e de qual forma elas fariam suas próprias representações, levando em consideração que o discurso sempre foi contado e legitimado por quem sempre dominou.

Uma possibilidade de continuidade de estudos é investigar se, de alguma forma, elas deixaram registros, mesmo que seja nas raras memórias de tradição oral. Outra questão levantada partiu do caso de Amelio Robles, que nos faz questionar: será que não tiveram casos de mulheres trans? Será que no contexto da revolução assumir sua identidade de gênero como mulher trans

seria mais difícil do que como homem trans? Apesar desses questionamentos terem se mostrado muito atraentes para análise, esses não foram um dos objetivos traçados no trabalho da pesquisa.

No que se refere aos objetivos que direcionaram este trabalho, pode-se afirmar que foram alcançados, visto que a partir da análise do documentário percebemos que a construção da identidade feminina é reduzida às soldaderas, revelando uma única história (Adichie, 2009) para as mulheres que participaram da revolução, assim, as subjetividades das mulheridades são apagadas em discursos patriarcalistas imperantes na história da Revolução Mexicana, que controlava os corpos e definia quem podia exercer qual papel social. A prática da análise, além de visibilizar a temática da mulher, possibilitou uma compreensão mais ampla do lugar das mulheridades na Revolução Mexicana, destacando as relações interseccionais de gênero, classe e raça (Akotirene, 2019; hooks, 2015). Não limitou a mulheres e a homens cis e abastados, tampouco que performam papéis de gêneros impostos pela sociedade.

O documentário comprova, por meio de relatos de pesquisadores que utilizam músicas, fotos e documentos históricos, a atuação das mulheres em todos os campos na revolução; o discurso patriarcalista se encarregou de prescrever seus papéis limitando-as a uma participação doméstica, tendo em vista que a atuação feminina como agentes nos campos armados desafia e desconstrói as limitações impostas ao gênero feminino, conforme afirma Lugones (2008). É necessário expor a história que tem sido invisibilizada, revelando os rostos ocultos da Revolução Mexicana para a

melhor compreensão de como as mulheres têm se formado como sujeito social por meio da história.

A partir da análise do material, percebemos a participação ativa e significativa das figuras invisibilizadas nos conflitos armados, tais quais: Rosa Padilla, Rosa Bobadilla, Petra Herrera, Ángela Giménez, María Árias Bernal e Amelia/Amelio Robles. Além disso, conseguimos identificar a importância dessa atuação para o sucesso da batalha, controlando tropas e atuando na linha de frente. Assim, compreendemos que a Revolução Mexicana não pode ser entendida sem a relevância das mulheridades, das mais múltiplas ocupações e origens existentes nesse processo. ■

[ACASSIA DOS ANJOS SANTOS ROSA]

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Letras e graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora adjunta de Língua Espanhola (DLES/PPGED/UFS). Pesquisadora no grupo de pesquisa DinterLin. Interesses: identidades, subjetividades, decolonialidade, formação de professores e América latina. E-mail: acassiaanjos@academico.ufs.br

[JAIREZ DOMINGAS SOUZA DO NASCIMENTO]

Graduada em Letras Português/Espanhol e mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com bolsa Capes (2024). Participou como bolsista do Prolice/UFS e como voluntária do PRP (Capes/UFS) e em projetos de extensão. Atua como membra do grupo de pesquisa DinterLin- Diálogos Interculturais e Linguísticos. E-mail: jairesdomingas@gmail.com

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Ana Terra S.; LIMA, Elizabeth Gonzaga. Da submissão à transgressão: implicações dos papéis sociais na escrita feminina. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 27-30 jul. 2021, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2021.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUMES, Aura E. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 237-252.

GARCÍA, Emma Delfina C. Subjetividad y racismo: la mirada de las/los otros y sus efectos. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 211-222.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, 2015.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

REPORTAJE 14 | MUJERES de la Revolución. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (23 min). Publicado pelo canal Catorce. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5R4uyaMMtGw&t=518s>. Acesso em: 31 maio 2024.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2. sem. 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REZENDE, Tânia Ferreira; GOMES, Letícia S. Uma canção pela vida: a decolonialidade está no seio da mãe terra. In: SILVA, Cleidmar Aparecida Medonça. **América Latina e língua espanhola**: discussões decoloniais. Campinas: Phontes Editores, 2020. p. 229-254.

ROCHA-PINTO, S. R.; FREITAS, A. S.; MAISONNAVE, P. R. M. Métodos interpretativistas em Administração: as implicações para o(a) pesquisador(a). In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 6-10 dez. 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Maringá: ANPAD, 2008.

SILVA JÚNIOR, Antônio Carlos; MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. Linguística Aplicada e o SULear: práticas decoloniais na educação linguística em espanhol. **Revista Interdisciplinar SULear**, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, set. 2019.

TOSI, Marcela Castro. Las soldaderas: mulheres na revolução mexicana de 1910. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/184>. Acesso em: 1 nov. 2024.